



CÓPIA

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

## AUTÓGRAFO N. 164 DE 2025

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Dois Córregos, no cumprimento de suas obrigações regimentais, remete ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal o presente autógrafo referente ao Projeto de Lei n. 126 de 2025, aprovado na 17ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, realizada no dia 10 de novembro de 2025.

### MESA DIRETORA

  
**ELAINE SCARPIM NAIS**  
Presidente

RECEBI EM 11/11/25  
PROTOCOLO GERAL DO  
MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

  
**VINÍCIUS DE OLIVEIRA GONÇALVES**  
1º Secretário

  
**LUIS ANTONIO MARTINS**  
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

## PROJETO DE LEI N. 126 DE 2025

### **Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir três Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 501.000,00 (quinhentos e um mil reais), destinado a atender as seguintes dotações:

08.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0005.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental

FONTE DE RECURSO: 01.220.0000.0000 – ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.32.00	-	Material,	Bem	Ou	Serviço	Para	Distribuição
Grat.....					(F.165).....		R\$ 405.000,00

12.365.0005.2.017 – Manutenção do Ensino Infantil - CRECHES

FONTE DE RECURSO: 01.210.0000.0000 – EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.32.00	-	Material,	Bem	Ou	Serviço	Para	Distribuição
Grat.....					(F.185).....		R\$ 81.000,00

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinado a atender a seguinte dotação:

08.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0005.2.016 – Manutenção do Ensino Infantil - EMEIS

FONTE DE RECURSO: 01.210.0000.0000 – EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.32.00	-	Material,	Bem	Ou	Serviço	Para	Distribuição
Grat.....					(F.175).....		R\$ 15.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS CÓRREGOS

**Art. 3º** Os recursos necessários para cobertura do crédito aberto pelos Art. 1º e 2º correrão à conta de parte do excesso de arrecadação previsto no corrente exercício financeiro.

**Art. 4º** Fica, também, o Poder Executivo, autorizado a reabri-lo no exercício de 2026, caso haja saldo, conforme disposto no artigo 45, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e parágrafo segundo, do inciso XI, do artigo 167 da Constituição Federal/88.

**Art. 5º** Fica, ainda, o Poder Executivo, autorizado a atualizar o Plano Plurianual - PPA e a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, para adequá-los a esta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.